

Balanço mensal



Bacha, Werneck e Maia acreditam que governo só aumenta o déficit

O alarmante e crescente déficit público, atualmente estimado pelo governo em 5,4% do Produto Interno Bruto, tomou conta deste Balanço Mensal, que reuniu os economistas Edmar Bacha, Rogério Werneck e o deputado federal Cé-

sar Maia. O diagnóstico de todos é contundente e assombroso em relação à perspectiva desse déficit: enquanto houver inflação galopante e o governo continuar gastando a torto e a direito, ele só irá aumentar.

Como solução, Bacha sugere a criação de uma comissão especial no Congresso que tenha poderes para controlar os gastos públicos. Werneck é mais pessimista e diz que o número anunciado pelo governo não

passa de uma intenção para o caso de "tudo dar certo". César Maia vai além e afirma que o discurso do presidente é "hipócrita" porque "o déficit em ascensão é um objetivo do governo".

Constituinte, fiscal ideal dos gastos

— Qual seria o mecanismo viável de controle sobre o governo, na medida em que todos concordam que ele sempre vai gastar mais do que pode e começa até a inventar novos gastos?

Edmar Bacha — A saída para reverter essa situação é o Congresso Constituinte agir. Eu acho que há uma ampla aceitação entre os economistas deste país de que estamos na antecâmara da hiperinflação. E, efetivamente, o Bresser vai apresentar o seu plano ao Congresso supostamente dentro de 15 dias, de acordo com o chamado Plano de Consistência Macroeconômica.

Como simplesmente não se pode confiar nos anúncios deste governo, a única maneira de resolver o problema é que, imediatamente, ao invés de ficar ociosamente discutindo o discurso do ministro da Fazenda, o Congresso naquela ocasião nomeie uma comissão especial de parlamentares, um grupo partidariamente amplo de economistas tecnicamente capacitados no Congresso, que podem tomar a si a responsabilidade de fazer o que o FMI faria, ou seja, monitorar o gasto do Governo. Além disso, criar uma assessoria técnica decente para ir fazer a fiscalização das contas dentro do Ministério da Fazenda, como nós sabemos que precisa ser feita; os últimos escândalos demonstram claramente isso.

César Maia — O que o Bacha está querendo dizer é uma coisa muito simples. Se há uma lei, o governo pode lavar as mãos: "Eu não posso fazer nada porque há uma lei que eu tenho que cumprir." Agora, o governo não está disposto a isso. Nós estamos vivendo uma recessão inorgânica, que não tem nada que ver com simples expansão dessa economia a partir da recuperação de 84/85. Está tudo parado aí, o salário real caindo e o comércio não vendendo há 3 meses já.

Rogério Werneck — O governo tem se revelado absolutamente incompetente para dizer não, em parte por um componente de irresponsabilidade, e em parte por um componente que advém da fraqueza da sustentação política dele. O Executivo por si só será incapaz de dar sustentação à proposta de austeridade que adviria do plano Bresser.

César Maia — Na questão da Constituinte eu acho que a direita entrou na contramão. Ela entrou para cima dessa Subcomissão de Finanças como um rolo compressor para fazer votar, fez votar e ganhou, pois tem maioria — uma maioria complicada. Se você tem quatro pessoas na rua brigando contra duas, é uma briga difícil para essas duas; se você tem 400 pessoas brigando contra 200, é uma briga boa para todos os dois lados. A chance de a minoria em grandes números levar vantagem sobre a maioria é muito maior. Muito bem. A direita vai e produz um confronto a nível da subcomissão, que são 21 pessoas — esmaga, vence. Mas em seguida ela vai dar um outro confronto, que é o confronto do plenário, em que a esquerda se expõe e em que a direita não se expõe. No plenário vai haver apoio popular, vai ter mobilização, vai ter cartaz nas praças. Então, a direita antecipou um confronto que tinha que ser realizado através da primeira grande conversa, da primeira grande aproximação dos chamados moderados, racionais, que buscaríamos ali eliminar os absurdos e deixar o confronto chegar à sua mínima expressão.

Rogério Werneck — O que há de mais complicado — na convergência de um projeto definitivo na Constituinte é que a discussão mais acirrada vai se dar no auge da crise econômica, ou seja a projeção dessa situação desses 5 primeiros meses até o final do ano, faz com que se creia que o segundo semestre vai ser absolutamente caótico, na hora em que se for votar. E, obviamente, a Constituinte não vai deixar de ser influenciada por essa situação. A discussão vai ser muito menos ponderada do que poderia ser, e certamente isso vai dificultar as convergências que em outras circunstâncias seriam possíveis.

Terminou a mágica do Cruzado

— A inflação brasileira está explodindo porque o governo gasta muito, ou o governo gasta muito pelo fato de a inflação estar explodindo?

Edmar Bacha — Pela primeira vez na História do Brasil, estamos efetivamente correndo o risco de hiperinflação, definida como a incapacidade absoluta de o governo financiar o seu déficit. Havia antes o financiamento externo, mas essa fonte secou desde 1982. A saída pelo financiamento interno, pelo lançamento de títulos no mercado, estava esgotada até antes do Plano Cruzado devido ao aumento da taxa de juros, do custo financeiro da dívida. Com a mágica do Plano Cruzado, nós pudemos no ano passado voltar a ter um pouco de alívio da carga interna. Efetivamente, hoje, o serviço da dívida voltou a ser um componente importante do governo. O que é que quer dizer isso? A taxa de juros que o mercado está cobrando do governo já é um ônus insuportável sobre o gasto do próprio governo. Se você agora pensar em expandir o total da dívida esse ônus vai se tornar ainda mais insuportável. A alternativa de continuar querendo se financiar através da dívida interna está fechada, já que a taxa de juros é maior do que o crescimento produzido pela receita. Sobra, então, a terceira possibilidade, que é a expansão monetária — rodar a guitarra.

Enquanto havia a expectativa de uma queda da inflação, as pessoas voltaram a ter confiança na moeda, e isso permitiu ao governo ao longo do ano passado fazer uma grande expansão monetária, inclusive retirando parte da sua dívida no mercado. Mas disso resulta para a situação agora um problema automático: a economia está com excesso de moeda em circulação, numa situação em que a única maneira que o governo tem para financiar esse déficit é aumentar ainda mais a expansão monetária. Isso é preciso ser posto na cabeça do governo: a alternativa de querer evitar a recessão através do mecanismo de expansão do gasto do governo não existe. Na verdade, acelera a inflação.

Rogério Werneck — Já teríamos um problema muito complicado se o governo estivesse apenas gastando mais do que gastou no ano passado. Acontece que agora ele se atirou numa operação de salvamento de todos os segmentos do setor privado que se encontram em dificuldades em decorrência da aceleração da inflação. Isso é um tipo de gasto público que não tem nada a ver com o gasto corrente usual, com o investimento usual, com o serviço da dívida usual. Eu pergunto o seguinte: quantas empresas foram abertas depois do Plano Cruzado? Dezenas de milhares, não é? Igualmente, a maior parte dessas empresas fecha no ano seguinte porque não há condição de prosperidade. A coisa está caminhando para um sistema ou para uma situação em que você vai salvar boa parte dessas

— A candente questão do déficit público no Brasil voltou ao noticiário nesta semana — e da forma mais dramática. Primeiro, os técnicos do governo estimaram que o déficit poderia chegar a 5,4% do Produto Interno Bruto — o que já seria um recorde histórico; depois, o próprio ministro da Fazenda admitiu a deputados a possibilidade de haver uma explosão até os 7%. É possível reverter, ou ao menos administrar, tal situação?

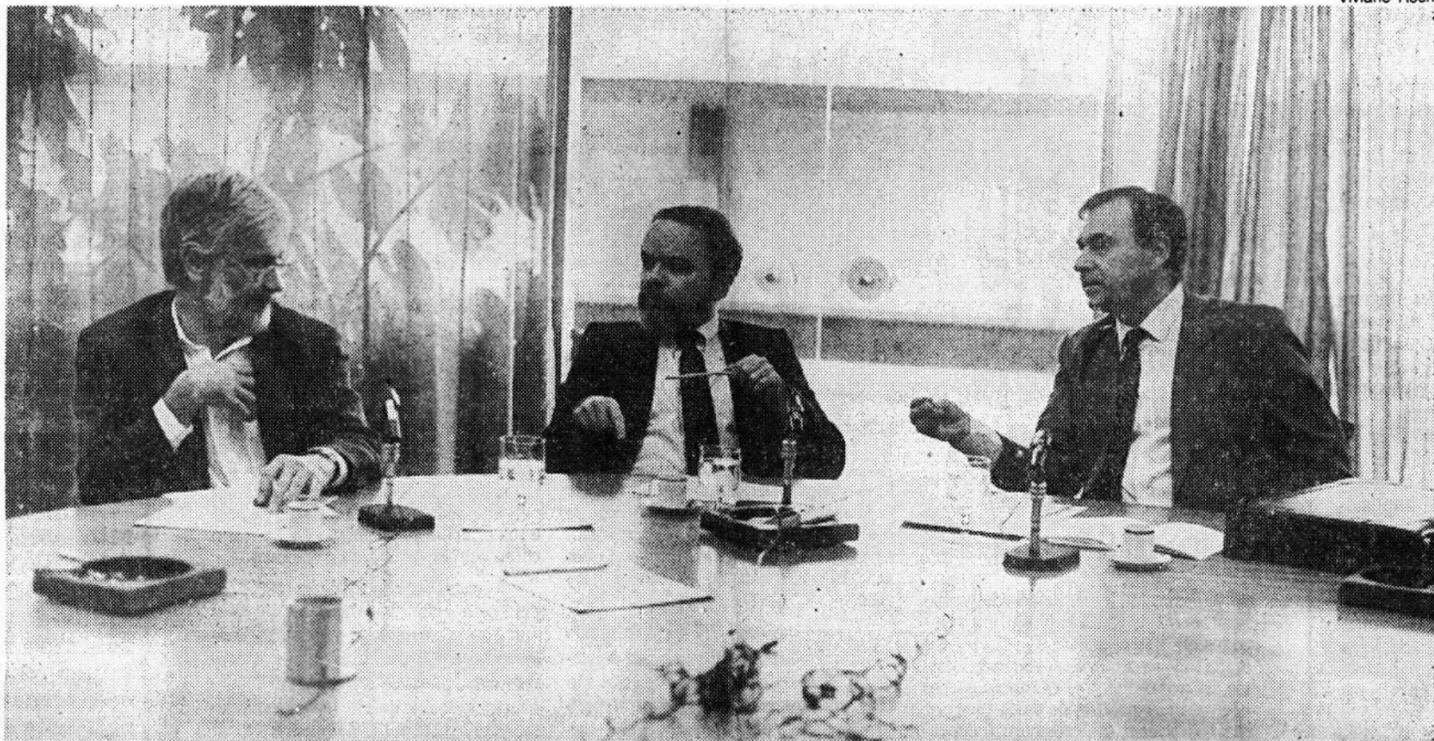
Rogério Werneck — O governo está muito perdido sobre as reais dimensões do déficit público. Esses 5,4% são apenas uma intenção, uma meta — se tudo der certo, consegue-se manter o déficit em 5,4%. Está ocorrendo, no entanto, um processo extremamente perverso, que pode botar esse número a perder. Esse processo advém da acelera-

ção inflacionária, e, junto a ela, está havendo um aumento da variância das taxas: alguns preços decrescem muito abaixo da média, outros ficam acima da média, e isso gera redistribuições absolutamente selvagens. Com isso os setores endividados tornam-se setores insolventes. Nesse processo, vem atrás o governo federal, hoje um trabalho de bombeiro, tentando tapar um buraco aqui, outro ali, dinheiro para governos estaduais, dinheiro para um prefeito de capital, dinheiro para a pequena e média empresa, dinheiro para agricultor. Obviamente, isso vai botando o gasto público fora de controle, e está realimentando a inflação na outra ponta.

Eu desconfio que os 5,4% do PIB sejam inadmissíveis, dada a incapacidade do governo de fechar essa torneira. E aí estão envolvidas doações enormes de

capital, essa história, por exemplo, de correção monetária limitada. O sujeito pediu um empréstimo e você vai cobrar dele 50% da correção monetária sobre esse empréstimo, numa conjuntura de 800% da inflação; é uma festa para quem está devendo.

César Maia — A redução do déficit público no ano passado ocorreu exclusivamente por conta do custo da dívida pública. Então, a estimativa que foi apresentada pelo governo é que a redução dos encargos da dívida pública correspondeu a 2% do PIB. Na verdade, no ano passado, apesar do aumento real da receita tributária, o único fator positivo de redução do déficit público foi, primeiro, o processo de deflação, que gerou um custo menor; segundo, o custo de carregamento menor pelas formas que



Opinião comum de Bacha (E), Werneck e Maia: o risco de o país chegar à hiperinflação agora já é um fato

Quanto custa apagar o incêndio

Rogério Werneck — Já teríamos um problema muito complicado se o governo estivesse apenas gastando mais do que gastou no ano passado. Acontece que agora ele se atirou numa operação de salvamento de todos os segmentos do setor privado que se encontram em dificuldades em decorrência da aceleração da inflação. Isso é um tipo de gasto público que não tem nada a ver com o gasto corrente usual, com o investimento usual, com o serviço da dívida usual. Eu pergunto o seguinte: quantas empresas foram abertas depois do Plano Cruzado? Dezenas de milhares, não é? Igualmente, a maior parte dessas empresas fecha no ano seguinte porque não há condição de prosperidade. A coisa está caminhando para um sistema ou para uma situação em que você vai salvar boa parte dessas

empresas que iriam fechar naturalmente. E a gente salva esses pequenos empresários às custas dos trabalhadores. Se o governo acelerar a inflação para a lua para poder pagar essa conta. Então, quem está pagando é quem está lá em baixo, é o assalariado.

Qual é o processo inicialmente tentado para salvar essas empresas? Criar o desconto subsidiado; na linha do desconto, os bancos facilmente devem repassar isso para as empresas. Obviamente, o banqueiro, seja privado ou estatal, não vai entregar o dinheiro para uma empresa que está quebrada. Ele vai, no máximo, alocar essas linhas para pequenas e médias empresas mais sólidas — e as outras vão quebrar do mesmo jeito.

César Maia — Nesse capítulo dos salvamentos, no caso dos bancos estaduais, o que houve foi simplesmente uma mudança de fonte de financiamento. Quer dizer, o Governo injetava dinheiro, dava liquidez na economia, o banco estadual com um buraco enorme, lá lá, colocava os seus CDB, cobria o buraco,

transformava o buraco numa operação de empréstimo, aditava taxas superiores às taxas de captação e fazia um belo resultado de balanço. De repente, não teve liquidez, mudou a fonte de financiamento, foi para o Banco Central. O que preocupa neste momento é que o governo não consegue nem estabilizar o passado e caminha para uma trajetória de agravamento.

A questão das empresas menores seria resolvida por meio de uma espécie de moratória que durasse até passar o período de recessão que vem aí. Não adianta nada o governo dar uma redução do custo do crédito de 20% da correção monetária. A rolagem completa do serviço é a única coisa que interessa à pequena empresa.

Subsidiar juros ou subsidiar correção monetária e criar linhas de créditos novas são as piores soluções. Com essas soluções o empresário vai à falência em seis ou sete meses. Inclusive cria-se uma arbitrariedade: como o banco decidirá a quem vai repassar as linhas subsidiadas, já que vão ser sempre insuficientes?

É preciso um plano

— Engolfado pelas graves questões internas, como a ameaça da hiperinflação e o descontrole dos gastos, o governo não estaria ignorando o problema mais complicado — o da dívida externa?

Rogério Werneck — Eu acho que essa questão da dívida externa, dada a aceleração da gravidade do problema interno, passou para o segundo plano no seguinte sentido: se o Governo não conseguir um Plano de Consistência Macroeconômica que seja convincente, questões como conversão de dívida em carteira própria ou qualquer esquema de renegociação são absolutamente inviáveis. Quer dizer, um plano macroeconômico interno coerente é a precondição hoje para sentar à mesa para negociar qualquer coisa com as aspirações de se convergir para alguma solução interessante.

Edmar Bacha — Eu concordo. Não há como credê negociar com credores externos com credibilidade em relação a um plano que você apresente a eles nesta situação de indefinição, de incerteza, sem

pré-definições importantes a respeito do capital estrangeiro pela Constituinte. Se não conseguirmos 6 bilhões, as nossas reservas vão cair de 6 bilhões? Esta é que é a pergunta. Quanto é que se precisa para minimamente se manter as reservas operacionais. Qual é o volume de recursos adicionais necessário? Esse volume é em cima do que vai ser economizado com a moratória? Um fator novo importante é a queda não esperada do Paul Volcker. No mês passado, eu dizia que a única expectativa de a moratória funcionar, dentro da perspectiva do Funaro, era que provocasse um efeito dominó. E só provocaria um efeito dominó se houvesse uma crise financeira e técnica. Então, com a presença do Volcker ali para assegurar a estabilidade do dólar, a perspectiva de uma crise financeira externa a curto prazo era pequena. Agora, sai o Volcker e entra alguém tão comprometido partidariamente, como o Greenspan, com o governo americano e com candidaturas e com essa discussão do Reagan. O problema é saber como é que os mercados financeiros internacionais vão reagir.

Viviane Rocha